

TABELIONATO DE NOTAS

Comarca:

Entrância:

Juiz(a) Diretor(a) do Foro:

Município/Distrito:

Serventia:

Titular/Responsável:

Substituto:

Data da correição: _____

Horário da correição: _____

Auxiliar(es) da fiscalização (informar nome e matrícula):

O Titular/Responsável visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Titular/Responsável:

O Substituto visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Substituto:

Situação da Serventia) Esta serventia encontra-se regularmente provida por Titular?

() A) Sim. A serventia está provida.

() B) Não. A serventia está vaga.

ATENÇÃO: No caso de serventia vaga, conferir se consta da Lista Geral de Vacância publicada por meio do Aviso nº 47/CGJ/2015 e do Aviso publicado em janeiro de 2016.

Caso a vacância não conste da Lista Geral, deve ser comunicada imediatamente à Corregedoria-Geral de Justiça pelo e-mail cafis@tjmg.jus.br, nos termos do artigo 27, § 3º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com redação dada pelo Provimento nº 276/CGJ/2014."

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1) A serventia possui o Livro "Visitas e Correições", consoante determinação contida no Provimento nº 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça c/c art. 67, I e 69, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com redação dada pelo Provimento nº 321, de 4 de maio de 2016? (

ATENÇÃO: Recomenda-se que esse livro seja previamente encadernado.)

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

2) São observados fielmente os dias e horários de funcionamento, afixando, em local bem visível, na parte externa da Serventia, placa, cartaz ou aviso indicando o horário de atendimento ao público, consoante o disposto no artigo 46 do Provimento nº 260/CGJ/2013? Em caso de funcionamento em horário diverso do Provimento nº 260/CGJ/2013, há autorização do(a) Juiz(a) de Direito Diretor(a) do Foro através de Portaria, para o funcionamento de, no mínimo, 7 horas diárias?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

3) As Tabelas de emolumentos com os valores vigentes são afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (artigo 6º, § 3º, Lei nº 15.424/2004)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

4) Na serventia é observada, fielmente, a contagem e cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos de seu ofício?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

5) A Taxa de Fiscalização Judiciária é recolhida no prazo estabelecido no artigo 2º da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/MG-SEF/MG nº 03/2005? (para auxiliar a resposta a este quesito , acesse o relatório 'Extrato de GRCTJ Recolhidas por Período de Apuração / Somente TFJ', disponível no SISNOR)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

6) Foi constatada a ausência de recolhimento ou o recolhimento a menor da Taxa de Fiscalização Judiciária? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse o relatório 'TFJ Calculada, Declarada e Recolhida', disponível no SISNOR)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

7) É fornecido recibo circunstanciado constando o valor dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária, do RECOMPE, e o valor final ao usuário, arquivando-se a respectiva segunda via na Serventia, bem como é feita a cotação desses valores à margem do documento a ser entregue ao interessado, consoante o disposto no artigo 8º da Lei nº 15.424/2004 c/c artigos 12 e 13 da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005 c/c artigo 105 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

8) São recolhidos os valores relativos à compensação destinada aos Registradores Civis das Pessoas Naturais pela prática dos atos sujeitos à gratuidade estipulada em lei, conforme artigo 31 e seguintes da Lei 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

9) Os Selos de Fiscalização, livros, fichas, papéis e documentos são mantidos em ordem e em bom estado de conservação, em local adequado e seguro?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

10) A ordem, segurança e cópias dos documentos formalizados são mantidos com a utilização de sistema de computação, microfilmagem, disco ótico ou outro meio de reprodução magnética?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

11) O atendimento às partes é feito com eficiência, urbanidade e presteza?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

12) É observado o atendimento prioritário às requisições de papéis, documentos ou informações solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas, para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em Juízo?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

13) São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e todos os outros atos normativos que digam respeito a sua atividade?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

14) São observados os prazos legais fixados para a prática dos atos do seu ofício?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

15) É encaminhada, por meio eletrônico, a Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária - DAP/TFJ, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da prática do ato, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto no artigo 9º, caput, da Portaria Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse os relatórios 'Serventias sem DAP / relatório isolado' e 'Serventias com DAP atrasada', disponíveis no SISNOR)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

16) É fiscalizado no âmbito interno da serventia o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

17) As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente, consoante o disposto no artigo 198 da Lei nº 6.015/73 c/c artigos 124 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

18) Os documentos e livros são mantidos em bom estado de conservação, bem como sua escrituração satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, inutilização de espaços em branco, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc.)?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

19) São observadas as disposições constantes da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº. 02/2005, relativas aos Selos de Fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20) É adotado livro ou sistema informatizado para controlar as requisições, os lotes recebidos e os selos de fiscalização utilizados, consoante o disposto no artigo 14 da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 002/2005?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

21) É encaminhada à Receita Federal a "Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI", consoante o disposto no artigo 15 do Decreto-Lei nº 1.510/1976 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

22) Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei nº 7.433/1985, Decreto nº 93.240/1986 e artigos 160 a 163 do Provimento nº 260/CGJ/2013 (comprovante de pagamento do ITBI/ITCD, certidões fiscais, certidão de inteiro teor da matrícula, certidão de ônus reais e certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias etc)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

23) Mantém fichário de cartões de autógrafos para conferência no ato de reconhecimento de firmas por semelhança?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

24) No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido indicada a sua espécie (por autenticidade ou por semelhança), conforme artigo 271 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

25) Ultrapassado o prazo de 7 (sete) dias úteis de sua data, a escritura não assinada por todos é declarada sem efeito, consoante o disposto no artigo 154, § 1º, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

26) São mantidas em arquivo as procurações utilizadas na prática dos atos de seu ofício, de acordo com o artigo 162, II c/c art. 164 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

27) No livro de folhas soltas, além de assinarem logo após o encerramento, os comparecentes assinam e rubricam as folhas ocupadas pelo ato, anteriores à última, consoante o disposto no artigo 288 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

28) É observado, quando da utilização da corrigenda "em tempo", o disposto no artigo 285, parágrafo único, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

29) Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, da Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1864 e seguintes do Código Civil, bem como artigos 236 a 258 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

33) Os livros de folhas soltas são encadernados logo após a conclusão de seu uso, conforme o disposto no artigo 62, § 2º do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

34) É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

35) É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

36) Para a lavratura das escrituras públicas de inventário e partilha, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o artigo 10, § 3º, inciso XIII, da Lei Estadual nº 15.424/2004 c/c a alínea "i.2", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da citada Lei, ou seja, pelo valor total dos bens móveis e semoventes e pelo valor de cada unidade imobiliária transmitidos, excluída a meação, independentemente do número de quinhões e herdeiros?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

37) Para a lavratura das escrituras de inventário e partilha são arquivados todos os documentos previstos nos artigos 160 e 196 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

38) Para a lavratura das escrituras públicas de separação e divórcio, sem bens a partilhar ou que as partes tenham bens a partilhar e for estabelecida apenas a meação, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o item 4, alínea "j", da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

39) Para a lavratura das escrituras públicas de separação e divórcio, em que houver bens a partilhar e ocorrer excesso de meação a favor de uma das partes, caracterizando doação ou compra e venda, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o item 4, alíneas "j" e "j.1", da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

40) Para a lavratura das escrituras de separação e divórcio são arquivados todos os documentos previstos nos artigos 160, se for o caso, e 207 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

41) Para a lavratura das escrituras envolvendo usufruto (reserva, instituição, extinção etc.) a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita com conteúdo financeiro, tendo como parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, de acordo com a Nota X da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

42) Para a lavratura das escrituras de aditamento, retificação e ratificação a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita segundo os valores previstos na alínea "c", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

43) Para a lavratura das escrituras declaratórias a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita sem conteúdo financeiro, segundo os valores previstos na alínea "a", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

44) É observado o disposto no artigo 1.793, §2º, do Código Civil Brasileiro, c/c o artigo 166 do Provimento nº 260/CGJ/2013, em relação às escrituras públicas de cessão de direitos hereditários, que não devem recair sobre qualquer bem da herança certo e determinado, considerado singularmente, salvo o disposto no art. 166, §1º, do citado Provimento?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

45) Para a lavratura das escrituras de cessão de direitos hereditários realizadas por mais de um cedente os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados em separado, considerando-se como parâmetro o valor de cada negócio jurídico realizado por cada cedente, nos termos do artigo 10, §3º, inciso I, da Lei Estadual nº 15.424/2004 c/c Nota II, da Tabela 1, do Anexo da mesma lei?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

46) Para os atos de confecção e guarda de cartão ou ficha de assinatura é devidamente utilizado o selo de fiscalização de face "PADRÃO", conforme estipulado no artigo 11, inciso I, alínea "o", da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 02/2005?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

47) Para a lavratura das procurações para fins de previdência e assistência social os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos na alínea "f.2", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, independentemente dos poderes conferidos e do número de outorgantes e outorgados?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

48) É observado o disposto no artigo 106 do Provimento nº 260/CGJ/2013, a fim de que a cobrança pelos atos de arquivamento seja feita apenas em relação aos documentos estritamente necessários à prática dos atos notariais e de registro e cujo arquivamento é expressamente exigido em lei?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

49) Nos atos praticados por analfabeto, é devidamente qualificado o assinante a rogo, conforme dispõe o artigo 156, II, c/c seu § 1º do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

50) O selo de fiscalização é utilizado na rigorosa sequência da numeração alfanumérica, conforme o disposto no artigo 10, inciso II, da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 02/2005?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

51) É emitida uma única Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias (GRCTJ) para cada período a que se refere o caput do artigo 2º, abrangendo todos os atos praticados nesse período, fazendo constar a quantidade de cada tipo de ato notarial e de registro praticado no período, acompanhada dos respectivos códigos fiscais, consoante o disposto no artigo 4º, §2º da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

52) São mantidos atualizados os dados relativos à "Central Eletrônica dos Atos Notariais e de Registro", conforme disposto no artigo 115 do Provimento nº 260/CGJ/2013 (com nova redação determinada pelo Provimento nº 325, de 20 de maio de 2016)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

53) Em se tratando de serventia vaga, são enviadas à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio eletrônico, as informações relativas ao módulo "Receitas-Despesas", nos termos dos arts. 34 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Caso a serventia esteja regularmente provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

54) São emitidos, impressos e arquivados na serventia os recibos de transmissão de dados relativos à "Central Eletrônica de Atos Notariais e de Registro", consoante o disposto no artigo 118 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

55) São emitidos, impressos e arquivados na serventia os recibos de transmissão de dados relativos ao módulo "Receitas-Despesas", consoante o disposto no artigo 118 do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Caso a serventia esteja regularmente provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

56) Para a lavratura das escrituras declaratórias de união estável são arquivados todos os documentos previstos no artigo 229, bem como observadas as disposições contidas nos artigos 226 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

57) Para a lavratura das escrituras envolvendo bens imóveis, as partes envolvidas são cientificadas da possibilidade de obtenção prévia da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos da Recomendação nº 3, de 15 de março de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

58) O Tabelaão atualiza semestralmente, diretamente via internet, todos os dados no sistema "Justiça Aberta", até o dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho (ou até o dia útil subsequente), mantendo atualizadas quaisquer alterações cadastrais, em até 10 (dez) dias após suas ocorrências, conforme disposto no artigo 2º do Provimento nº 24, de 23 de outubro de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça e artigo 120 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

59) A Serventia possui o Livro Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, instituído pelo Provimento nº 34/CNJ/2013, cuja vigência se deu a partir de 12 de agosto de 2013 (conforme Provimento nº 35/CNJ/2013 c/c art. 67, II, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 321, de 4 de maio de 2016), e sua escrituração obedece às normas prescritas no citado Provimento do CNJ e nos arts. 67 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

60) Em se tratando de serventia vaga, seu responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com o Aviso 26/CGJ/

2010 e Aviso 36/CGJ/2013 c/c arts. 32 e 33 do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Caso a serventia esteja regularmente provida ou, mesmo estando vaga, a renda líquida não exceder ao teto remuneratório, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

61) São mantidas cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de "scanner", ou fotografia, ou arquivo de dados assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do ICP-Brasil, ou qualquer outro método hábil, que, em sua fase inicial, deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei, de acordo com a Recomendação nº 09/2013, com as alterações introduzidas pela Recomendação nº 11/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

62) A lavratura de ata notarial para atestar o tempo de posse do requerente e de seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias, para fins de reconhecimento de usucapião atende aos requisitos elencados no §3º do art. 235 do Provimento nº 260/CGJ/2013 (acrescentado pelo Provimento nº 325, de 20 de maio de 2016)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

63) A cobrança de emolumentos e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária pela lavratura de ata notarial, inclusive para fins de reconhecimento de usucapião (art. 234, V, do Provimento nº 260/CGJ/2013, acrescentado pelo Provimento nº 325, de 20 de maio de 2016), é feita segundo os valores previstos no item 2, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

64) A cobrança de emolumentos e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária pela lavratura de procuração relativa a situação jurídica com conteúdo financeiro é feita considerando o conceito de conteúdo financeiro segundo disposto no artigo 268 do Provimento nº 260/CGJ/2013 e na Nota I da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

65) Para a lavratura das escrituras públicas de revogação de mandato a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita sem conteúdo financeiro, segundo os valores previstos na alínea "a", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

66) As escrituras públicas de revogação de mandato são lavradas no Livro de Notas, previsto no artigo 283, inciso I do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

67) O Tabelião consulta a base de dados da CNIB (Central Nacional de Indisponibilidade de Bens) antes da prática de ato que tenha por objeto bens imóveis ou direitos a eles relativos, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash) consoante o disposto no artigo 14, caput, do Provimento nº 39/CNJ/2014?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

68) O Tabelião procede à nomeação ou destituição de substitutos e escreventes por meio de Portaria Interna que discrimine as atribuições de cada um dos escreventes designados e que contenha todos os demais requisitos contidos no art. 21, § 2º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 298/CGJ/2015?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

69) O Tabelião encaminha cópia da Portaria Interna, por ofício, ao diretor do foro da comarca e à Corregedoria-Geral de Justiça, pelo Malote Digital, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da nomeação ou destituição, consoante o disposto no art. 21, § 3º, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

70) O Tabelião encaminha ao diretor do foro e à Corregedoria-Geral de Justiça as informações sobre a contratação e dispensa de auxiliares, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, nos moldes determinados pelo art. 21, § 4º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 298/CGJ/2015?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

71) O Tabelião possui Livro de Controle de Depósito Prévio, consoante o disposto no art. 67, inciso III, e art. 70, ambos do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

72) O Tabelião acessa diariamente o Sistema Hermes - Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que é o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto nos arts. 121 a 123 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

73) O Tabelião encaminha as informações periódicas à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC, consoante disposto no artigo 148, inciso XV, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

74) É exigida, para a abertura do cartão de autógrafos, a apresentação e o arquivamento do número do CPF e do original de documento de identificação oficial com foto que permita o efetivo reconhecimento do portador e dentro do prazo de validade, se houver, consoante disposto no artigo 272 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

75) O Tabelião observa a "Nota III" da "Tabela 1" do Anexo da citada Lei, na lavratura de escrituras públicas envolvendo mais de uma unidade imobiliária?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

76) A mudança de endereço, número de telefone, endereço de correspondência eletrônica (e-mail), sítio eletrônico ou outro meio de comunicação utilizado pela serventia foi imediatamente comunicada ao diretor do foro e à Corregedoria-Geral de Justiça, consoante o disposto no artigo 56 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

77) Desde o dia 1º de dezembro de 2014, a Taxa de Fiscalização Judiciária - TFJ é recolhida por meio da Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias - GRCTJ, emitida no endereço eletrônico do TJMG (www.tjmg.jus.br), no menu "Cartórios Extrajudiciais" / "Serviços para os Cartórios" / "Recolhimento da TFJ - Emissão de GRCTJ", conforme Aviso nº 65/CGJ/2014 e art. 4º da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG, com a redação atribuída pela Portaria Conjunta nº 014/2014/TJMG/CGJ/SEF-MG?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

78) Estão sendo recolhidas as contribuições sindicais compulsórias devidas ao(s) sindicato(s) a que a serventia é vinculada, consoante disposto no art. 8º, IV, da Constituição Federal?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

79) Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição ordinária geral realizada no ano anterior?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

80) Quanto ao selo de fiscalização utilizado na serventia:

() A) ainda não foi implantado o selo de fiscalização eletrônico (a serventia utiliza exclusivamente selo físico). Obs.: para esta hipótese SERÁ necessário o preenchimento do quadro 'estoque dos selos na serventia' abaixo;

() B) foi implantado o selo de fiscalização eletrônico, ainda na fase inicial de 'dupla selagem' (a serventia utiliza simultaneamente os selos físico e eletrônico), conforme Portaria abaixo indicada (indicar, no campo observações, o número da portaria de implantação do selo de fiscalização eletrônico). Obs.: para esta hipótese SERÁ necessário o preenchimento do quadro 'estoque dos selos na serventia' abaixo;

() C) já foi efetivada a implantação definitiva do selo de fiscalização eletrônico (a serventia utiliza exclusivamente selo eletrônico, tendo sido recolhidos os selos físicos, exceto de autenticação e de reconhecimento de firma), conforme Portaria abaixo indicada (indicar, no campo observações, o número da portaria que efetivou a implantação definitiva do selo de fiscalização eletrônico). Obs.: para esta hipótese NÃO será necessário o preenchimento do quadro 'estoque dos selos na serventia' abaixo.

Observações

Listar as medidas saneadoras adotadas

ESTOQUE DOS SELOS FÍSICOS NA SERVENTIA - TABELIONATO DE NOTAS					
TIPO DE SELO	ESTOQUE INICIAL (copiar Estoque Final do relatório da correição anterior)	SELOS RECEBIDOS (conferir notas fiscais e DAPs desde a correição anterior)	SELOS UTILIZADOS (= Estoque Inicial + Selos Recebidos - Estoque Final)	ESTOQUE FINAL (quantidade de selos existentes na data da correição atual)	SÉRIE E NÚMERO DOS SELOS EM ESTOQUE
Padrão					
Isento					

Certidão					
Reconhecimento de Firma					
Autenticação					
Arquivamento					

OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:

1) Para preenchimento, no quadro acima, da coluna 'SELOS RECEBIDOS', consulte o ' Relatório de Pedidos Entregues', disponível no menu 'Selo de Fiscalização Físico' do SISNOR.

2) Aqui devem ser mencionadas outras observações e/ou recomendações que não se encaixem nos itens específicos.

3) Caso o campo 'Observações', em cada item, seja insuficiente , deverá ser utilizada outra folha.

4) Fica estabelecido o prazo de _____ dias para cumprimento das recomendações constantes deste Relatório, devendo o Auxiliar de Fiscalização adotar as providências a seu cargo e informar a respeito ao MM. Juiz de Direito, até o término do prazo determinado.